

Ecoturismo: Potencialidades para o desenvolvimento sustentável

Marcio Soldateli

Rua Lauro Linhares, 1670 – A/404 – Trindade – CEP 88036-002 –
Florianópolis – SC – Brasil – Fone: (048) 234-60-08
Email: marcio@cns.ufsc.br.

Aceito para publicação em 11/11/97

Resumo

É descrito um breve panorama do ecoturismo a nível mundial, abordando-se também os impactos ambientais, econômicos e sociais decorrentes desta atividade e que entram em conflito com suas bases conceituais, as quais preconizam o desenvolvimento sustentável.

É discutido o potencial do ecoturismo como gerador de renda e crescimento econômico, beneficiando as comunidades do entorno de Unidades de Conservação, aliado à conservação dos recursos naturais, desde que planejado e gerido de forma coerente e com sólido senso ético.

Unitermos: ecoturismo, desenvolvimento sustentável, planejamento, ética.

Summary

This paper gives a brief view of world ecotourism, discussing its environmental, economic and social impacts which

enter into conflict with its own conceptual basis aimed at sustainable development.

It discusses the potential of ecotourism as a generator of revenue and economic growth, benefiting the communities surrounding the Natural Protected Areas and allied with conservation of natural resources, provided planning and management is consistent and ethical.

Key Words: ecotourism, sustainable development, planning, ethics.

O Panorama do Ecoturismo

Durante as últimas décadas o turismo tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas mundiais, apresentando elevadas taxas de crescimento, tendo aumentado em 57% na década passada e, com um crescimento esperado em torno de 50% para esta década (Organização Mundial de Turismo, 1992 apud Ceballos-Lascuráin, 1993).

Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, s.d. apud Ministério da Indústria Comércio e Turismo (1996), o setor de viagens e turismo é responsável mundialmente pela geração de 204 milhões de empregos, além disso, responde por 13% dos gastos dos consumidores em todo o mundo – perdendo apenas para os gastos com alimentação –, possibilitando uma arrecadação de 350 bilhões de dólares em impostos.

Dentro deste setor, o ecoturismo por sua vez, é o segmento de maior expansão, apresentando índices de crescimento de cerca de 20% ao ano (Ziffer, 1989 apud Brasil, 1994).

Entre outros fatores, um dos principais condicionantes deste crescimento foi o aumento da consciência ambiental originada a partir dos diversos fóruns e relatórios internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento (D'Amore, 1996), le-

vando ao surgimento de um crescente interesse na busca de áreas naturais (muitas delas Unidades de Conservação – UCs), belezas cênicas, fauna e flora silvestres além da diversidade cultural.

Segundo a FUNATURA (1989) apud Milano (1989, p.4), “Unidades de Conservação são porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração e às quais aplicam-se garantias de proteção”.

Para efeitos deste trabalho, serão considerados como destinos ecoturísticos apenas aqueles localizados em UCs que prevejam em suas categorias de manejo a visitação pública, já que tais Unidades são de importância estratégica para o ecoturismo, pois além de representarem parcelas significativas dos ecossistemas nacionais, teoricamente protegidas, apresentam-se como áreas de grande procura pelo público turista.

Dentre as diversas definições existentes para o ecoturismo, uma das mais aceitas é a de Ceballos-Lascuráin (1987) apud Pires (1996): “Turismo ecológico é aquele que se dedica a viagens para áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas e animais selvagens, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que se encontrem nessas áreas”.

Por sua vez, a comissão técnica EMBRATUR/IBAMA conceitua ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil, 1994).

O ecoturismo então, segundo suas bases conceituais e, considerado sob o prisma de um novo estilo de atividade econômica, assume como pressupostos as recomendações da Estratégia Mundial para a Conservação (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, 1984), no tocante ao aproveitamento sustentado dos recursos naturais, e ainda, enquadra-se nos Planos de Ação para a Conservação Local da Biodiversidade, da Estratégia Global da Biodiversidade (Instituto de Recursos Mundiais, 1992).

Sendo assim, apresenta-se como uma importante estratégia para o desenvolvimento sustentável, este último entendido conforme a definição da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991): "Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfaçarem as suas próprias necessidades".

Desta forma o ecoturismo representa uma atividade baseada em recursos naturais conservados, com possibilidade de gerar um substancial retorno econômico.

Por estar inserido neste contexto, o ecoturismo obviamente apresenta impactos ecológicos, econômicos e sociais. Seus benefícios são a geração de fundos para a conservação de UCs, a diversificação da economia e geração de empregos nas comunidades do entorno dos destinos ecoturísticos e a promoção de educação ambiental com visitantes e moradores locais. Em contrapartida, se realizado de maneira desordenada, pode apresentar custos potenciais como a degradação ambiental, a iniquidade e a instabilidade econômicas e as mudanças sócio-culturais negativas (Boo, 1993).

Uma Visão da Realidade

Desde a década de 1970 alguns autores já alertavam para os impactos negativos oriundos das atividades turísticas basea-

das em recursos naturais (Budowski, 1976) e que continuam pelos dias de hoje, salvo raras exceções (Boo, 1992).

O afluxo descontrolado de um grande número de visitantes às UCs pode causar sérios danos ambientais como o pisoteio excessivo, a erosão dos caminhos e a supressão de áreas com vegetação nativa; a perturbação e o consequente desaparecimento da fauna devido ao tráfego e barulho constantes, a deposição de lixo e a contaminação dos mananciais hídricos. Um exemplo disso, foi o aumento de 424% no número de visitantes do Parque Nacional Manuel Antônio na Costa Rica, entre os anos de 1980 e 1990 sem que houvesse um aumento proporcional na capacidade de controle da visitação (Centro de Estudios Ambientales y Políticas, 1992).

Por outro lado, o ecoturismo pode não trazer benefícios econômicos às comunidades locais, caso elas sejam excluídas ou não tenham oportunidade de participar das atividades comerciais envolvidas neste processo. Segundo o Banco Mundial, 55% da renda bruta oriunda do turismo nos países em desenvolvimento, na realidade retorna aos países desenvolvidos (Centro de Estudios Ambientales y Políticas, 1992).

Além disso, o ecoturismo assim como o turismo tradicional, é dependente de fatores externos como flutuações climáticas e sazonalidade, flutuações econômicas (e.g. alterações nas taxas de câmbio) e instabilidade política.

Dentre vários exemplos, pode-se citar a diminuição do turismo em alguns países da América Central durante os períodos em que se previam furacões (Boo, 1990) ou, a diminuição do turismo na Guatemala no começo dos anos oitenta, quando as atividades guerrilheiras e a repressão militar eram intensas (Healy, 1988 apud Boo, 1990).

No caso do Brasil temos o exemplo da violência no Rio de Janeiro, com repercussão internacional e fortes reflexos econô-

micos a nível local e, especificamente no Estado de Santa Catarina, a diminuição de turistas argentinos durante os verões chuvosos e períodos em que novos planos econômicos modificaram as taxas de câmbio.

Há ainda a possibilidade de choques culturais, devido a chegada de turistas com padrões de comportamento diferentes daqueles das comunidades locais, provocando mudanças negativas para estas comunidades, criando conflitos ou alterando seus padrões tradicionais de comportamento (Budowski, 1976).

Em relação as próprias UCs, caso não haja um planejamento cuidadoso que garanta a sua auto-sustentação, ou elas não terão independência financeira para investir em infra-estrutura, equipamentos, pessoal, pesquisa científica, etc. adequadas à sua própria gestão e recepção de visitantes, ou serão necessários constantes investimentos externos a fim de que possam ser cumpridos tais objetivos, acarretando com isso um saldo negativo no balanço de custo/benefício.

Apesar de toda a atenção que tem sido dispensada ao ecoturismo pelos mais diversos segmentos da sociedade, sejam eles governamentais ou não, há uma grande lacuna entre suas bases conceituais, que preconizam o desenvolvimento sustentável e, a efetiva realização de atividades turísticas ligadas ao ambiente natural, as quais não atendem a estas prerrogativas conceituais, sendo este um fato comum na maior parte das UCs em todos os países do mundo (Boo, 1992).

Através do estabelecimento desta problemática, não se pretende criticar o ecoturismo destacando apenas os seus potenciais impactos negativos, mas ao contrário, fomentar a sua difusão calcado em sólidas bases éticas e sustentáveis, que promovam o seu apropriado planejamento, mitigando seus riscos e otimizando seus benefícios.

Em Busca da Sustentabilidade

No Brasil as discussões sobre ecoturismo vêm ocorrendo desde 1985, contudo, somente em 1994 é que se estabelece um marco na política de ecoturismo brasileira, com a publicação oficial das Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo (Brasil, 1994), com o intuito de conceituar, estabelecer critérios, regulamentações e incentivos que orientem a atividade. Também recente é o surgimento do Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil, 1995), constituído principalmente pelo setor privado e com grande representatividade a nível nacional.

Apesar de ainda haver uma grande carência de informações com respeito aos impactos ambientais do ecoturismo e o potencial econômico desse mercado (Boo, 1990), já existe, na pior das hipóteses, um mínimo necessário de documentos, geralmente publicações Norte e Centro Americanas e, mais recentemente as próprias orientações contidas na Política Nacional de Turismo, que apresentam informações essenciais ao adequado planejamento da atividade. Mas então, porque não se planeja integralmente o ecoturismo a nível governamental? por que as diretrizes ético-conservacionistas contidas em tais documentos geralmente são alijadas quando do estabelecimento de programas de ecoturismo pelo setor privado?

A despeito dos esforços empreendidos na organização do ecoturismo por alguns órgãos governamentais e mesmo pelo setor privado, percebe-se uma falta de vínculo entre a teoria e a prática.

Pode-se identificar como principais dificuldades a existência de interesses divergentes e a consequente inexistência de consenso e articulação entre órgãos governamentais, administradores de UCs, órgãos financiadores, ambientalistas, setor privado e comunidades envolvidas e, some-se a isto a grande carência de informação e recursos humanos capacitados.

Somente através do surgimento de um senso ético conduzindo a um planejamento multi e intersetorial, que envolva a participação comunitária e, que seja coerente e compatível com as condições locais de cada região é que o ecoturismo poderá de fato estabelecer-se como atividade sustentável.

Devido às diferenças intrínsecas de cada região, é necessário criar estratégias locais de desenvolvimento do ecoturismo (embasadas nos marcos referenciais e experiências já existentes), com o objetivo de identificar as áreas onde pode-se ou não promover tal atividade e com que intensidade. Esta estratégia deve basear-se em avaliações de capacidade de carga, possibilidade de geração de renda e oportunidades para conduzir educação ambiental, pois, conforme Boo (1990), pode ser difícil manter um número sustentável de visitantes e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades econômicas das comunidades locais, dos operadores de turismo e das próprias UCs.

Assim, o adequado dimensionamento da visitação, garante que não seja colocada em risco a própria base de recursos da qual depende esta atividade e, a partir daí é que se saberá a viabilidade econômica ou não, para o desenvolvimento do ecoturismo em UCs específicas. Nos casos da não viabilidade, deve-se então, buscar outras formas de utilização sustentável para estas áreas, desde que estas novas alternativas estejam previstas nas respectivas categorias de manejo.

Também de fundamental importância é a criação de programas de treinamento e capacitação das comunidades do entorno das UCs, inserindo os moradores no “negócio do turismo”, de forma que a renda oriunda da atividade turística possa ser distribuída de forma equitativa, trazendo benefícios às comunidades locais, que poderão encontrar nesta atividade uma fonte de renda extra que contribua à sua subsistência sem alterar a sua identidade cultural. Além do mais, as UCs só poderão ser conservadas, caso se ofereça às populações que dependem

destes recursos naturais para sua sobrevivência, alternativas viáveis para utilização dos mesmos de forma sustentável.

Como exemplo, pode-se citar a Reserva Monteverde, na Costa Rica, onde uma cooperativa de mulheres vende aos visitantes da Reserva, artesanato feito à mão, gerando com este mercado aproximadamente \$50.000 dólares ao ano (Boo, 1990).

Deve-se também dar prioridade para as comunidades locais, no que diz respeito ao benefício oriundo da instalação de infra-estrutura turística (sempre levando em consideração a capacidade de carga), incentivando-a para que seja realizada com materiais e estilo arquitetônico locais, adequado tratamento de efluentes e resíduos sólidos e, sempre que possível, buscar fontes alternativas de energia.

Entretanto, todas as recomendações anteriores devem ser compartilhadas e discutidas com as comunidades locais e com os demais atores envolvidos, durante as fases de planejamento, implementação e gestão do ecoturismo, para que esta atividade torne-se viável desde um ponto de vista de sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Considerações Finais

Tendo em conta as poucas informações tratadas neste texto, percebe-se que ainda há um caminho muito longo a ser trilhado no que diz respeito a organização do ecoturismo a nível mundial e principalmente no Brasil.

Os esforços envidados até agora devem ser reconhecidos pelo seu pioneirismo mas, ainda há muito por se fazer e, considerando as taxas de crescimento deste segmento turístico, o tempo torna-se uma variável preocupante.

Portanto, é extremamente importante que utilizemos como referência, experiências anteriores de outros países e também,

as poucas experiências brasileiras que até o momento têm obtido relativo sucesso como por exemplo a Reserva Natural Salto Morato localizada no município de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, uma área natural com 1.716 hectares, transformada em RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), pertencente e coordenada pela Fundação o Boticário de Proteção à Natureza.

Outro exemplo, é o Pólo Ecoturístico do Lagamar, um conjunto de destinos ecoturísticos integrados, criados como uma opção ao desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo, mas que possui um dos maiores segmentos de Floresta Atlântica do país. Este projeto é coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica e conta com o apoio do Poder Público Estadual e Municipal, além do patrocínio da Embratur e parceria com a iniciativa privada.

Somente através do surgimento de iniciativas com um envolvimento multisetorial, é que haverá a possibilidade de o ecoturismo realmente estabelecer-se como atividade expressiva no contexto econômico e conservacionista local, estadual e em última análise nacional, podendo desta forma tornar oportunas as atuais tendências do mercado turístico mundial.

Se bem conduzido e, evidentemente dentro de suas limitações, o ecoturismo apresenta-se como uma ferramenta estratégica que possibilita conciliar desenvolvimento econômico, benefício às comunidades locais e conservação dos recursos naturais.

Agradecimentos

À prof^a. Dr^a. Sandra Sulamita N. Baasch (Dept. de Eng^a. Sanitária e Ambiental, CTC, UFSC) e ao Prof. Ms.C. Paulo dos Santos Pires (Faculdade de Turismo e Hotelaria, UNIVALI) pelas valiosas sugestões sobre este trabalho.

Referências Bibliográficas

- Boo, E. 1990. Ecoturismo: Potenciales y Escallos. World Wildlife Fund & The Conservation Foundation, Washington D.C., 226pp.
- Boo, E. 1992. The Ecotourism Boom: where do we go from here? on-site planning and creating models. Relatório, World Wildlife Fund, 7pp.
- Boo, E. 1993. Ecotourism Planning for Protected Areas. In: Ecotourism: a guide for planners and managers. The Ecotourism Society, North Bennington, Vermont, p. 15-31.
- Brasil – EMBRATUR / IBAMA. 1994. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília-DF, 48pp.
- Budowski, G. 1976. Turismo y Conservación Ambiental: ¿Conflito, Coexistencia o Simbiosis? *Environmental Conservation*, 3 (1): 3-6.
- Centro de Estudios Ambientales y Políticas – CEAP. 1992. Análisis de capacidad de carga para visitación en las áreas silvestres de Costa Rica. Fundación Neotropica, San José, Costa Rica, 104pp.
- Ceballos-Lascuráin, H. 1993. Ecotourism as a Worldwide Phenomenon. In: Ecotourism: a guide for planners and managers. The Ecotourism Society, North Bennington, Vermont, p. 12-14.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1991. *Nosso Futuro Comum*. 2^a ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, xviii, 430pp.
- D'Amore, L. J. 1996. Ecotourism: A Sustainable Option? *Annals of Tourism Research*, 23 (1): 237-239.
- Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB. 1995. Associados do Instituto promovem articulação em todo país. *Boletim Informativo*, 1 (1): 1.

- Instituto de Recursos Mundiais – WRI. 1992. **A Estratégia Global da Biodiversidade: guia para aqueles que tomam decisões.** Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 37pp.
- Milano, S. M. 1989. **Unidades de Conservação: Conceitos e princípios de planejamento e gestão.** Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – Fupef, Curitiba, PR, 64pp.
- Ministério da Indústria Comércio e Turismo – MICT. 1996. **Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas.** Brasília, DF, 53pp.
- Pires, P. 1996. **Curso de guia de turismo especializado em atrativos naturais.** Apostila. FATUHVI – UNIVALI, 17pp.
- União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN, 1984. **Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado.** CESP, São Paulo, 52pp.